

# memória CULT

Ouro Preto - MG - Brasil - Ano 1 - nº 02 - março de 2011



## Paisagem Cultural

A integração entre patrimônio e ambiente por Silvestre Gorgulho

## São Lourenço

No Sul de Minas, a Estância do bem viver

## Entrevista

Jarbas Soares Jr, defensor do meio ambiente





nbs

# A GENTE LEVA EDUCAÇÃO E CULTURA A LUGARES QUE FICAM BEM LONGE. AO FUTURO, POR EXEMPLO.

**Oi Futuro é o instituto de responsabilidade social da Oi que trabalha para transformar a vida de milhões de brasileiros.**

Em 10 anos, já beneficiamos mais de 4 milhões de pessoas, através de programas próprios nas áreas de educação, cultura, esportes e social, além do apoio a iniciativas de outras organizações via seleção por edital. É assim que estamos inserindo cada vez mais brasileiros no mapa da cidadania.

OIFUTURO.ORG.BR



FUTURO

# *E*ditorial

Em sua segunda edição, a **Memória Cult** avança na defesa dos princípios que tomou para si. Entre conteúdo próprio e colaborações, páginas repletas de memória e acervos, conscientes do patrimônio histórico brasileiro. Em paralelo a isto, reflexões sobre o desenvolvimento do país, com a devida atenção ao meio ambiente e aos desafios da atualidade.

Tal cenário só se faz presente pela crença de que esses são valores inerentes à qualidade de vida. Sendo assim, foi destacada a aprazível São Lourenço, no Sul de Minas, que simboliza o bem-estar de moradores e visitantes por meio de suas fontes. O Parque das Águas, do qual jorram as águas minerais, foi belamente retratado pela pintora Simone Ribeiro, ilustrando a capa desta edição. A **Memória Cult** também propõe uma reflexão sobre os investimentos em Ciência e Tecnologia feitos atualmente no país, que não condizem com as possibilidades aqui reservadas.

Imprescindível, ainda, é a conscientização não só das novas gerações, mas de todos nós, quanto à defesa do meio ambiente. Em entrevista, o promotor Jarbas Soares Júnior aborda diferentes ângulos acerca do tema. Para uma verdadeira mudança na percepção quanto ao assunto, é vital que haja uma profunda valorização na educação ambiental, sobre a qual o especialista Gustavo Ferraz discorre.

O jornalista Silvestre Gorgulho, em seu texto, explica o conceito das paisagens culturais, integrando as concepções de patrimônio e ambiente. Já o promotor Marcos Paulo de Souza Miranda escreve sobre o primeiro monumento erigido em homenagem aos heróis da Inconfidência, da sempre presente Vila Rica.

A produção de moedas no período colonial da antiga capital de Minas, que superava a cunhagem nas casas de Lisboa e do Rio Janeiro, é o tema do texto do historiador Ângelo Carrara. Da atual Ouro Preto, emerge o acervo exposto nos últimos anos no Museu Casa dos Contos, em texto do seu administrador, Raphael Simões.



**Eugênio Ferraz\***

Diretor executivo da **Memória Cult**

\*Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do IHG.MG e da Arcádia de MG; Coordenador Executivo do Sistema de Museus de Ouro Preto, é o Superintendente do Ministério da Fazenda em MG e Coordenador Executivo do Fórum de Dirigentes Federais em MG

# Sumário



**38** *Paisagem Cultural*



**30** *Lisboa era aqui*

**06** **Artista da Capa**

Simone Ribeiro

**07** **Entrevista**

Jarbas Soares Júnior e a Cultura Ambiental

**11** **Ciência e Tecnologia**

Preocupação com os reduzidos investimentos na área

**12** **Exposição**

Patrimônio em obras de arte na coleção que se forma no Museu Casa dos Contos

**16** *Fonte de qualidade de vida*



**21** **Registro Histórico**

Primeiro marco em homenagem aos Inconfidentes Mineiros

**28** **Meio Ambiente**

Crescente aperfeiçoamento do processo pedagógico participativo para a preservação

# *E*spaço do leitor

Envie críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista:  
memoriacult@gmail.com e/ou  
memoriacult.revista@gmail.com

A **Memória Cult** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

“Nada como esta iniciativa de editar a **Memória Cult**. Como sempre, a parte gráfica está excelente, bem como o conteúdo. Acabei aparecendo numa das fotos, no artigo sobre as doenças do Aleijadinho. Fiz parte, como anatomista e então professor da Faculdade de Medicina da UFMG, da equipe que examinou a ossada do mestre escultor. Parabéns e sucesso nas edições que virão.”

**Jota Dangelo**

*Presidente do BDMG Cultural*

“Agradecemos o envio da **Memória Cult**, cumprimentando pela beleza e conteúdo da publicação, da maior importância para a valorização e preservação de nossa história e cultura.

**Thereza Maia**

*Diretora do Museu Frei Galvão - Guaratinguetá/  
SP*

“Parabéns pelo nascimento desta nova "filha ouropretana": **Memória Cult**. No editorial da primeira edição, a palavra nascer, pode ser interpretada como "viver uma grande entrega", entrega esta que venho acompanhando na figura emblemática do intelectual Eugênio Ferraz, incansável protetor da nossa cultura. Só posso me alegrar com mais esta publicação, belíssima por sinal e em nome da minha querida Vila Rica, agradecê-los.

“Útil, instigante, muito bonita a **Memória Cult**. Parabéns!”

**Eduardo Almeida Reis**

*Jornalista*

**Júlio de Paula**

*Jornalista*

## **Expediente**

Ouro Preto Minas Gerais – Brasil - Ano I – Nº 2 - Março de 2011

**Diretor Executivo | Eugênio Ferraz**

**Reg.: 8.172-MG**

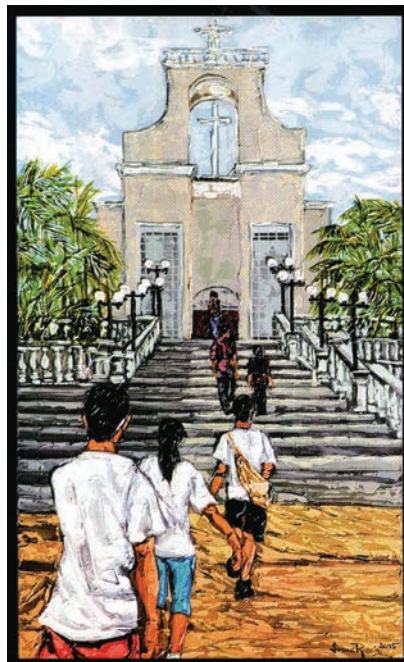
**Editor | Fernando Junqueira**

**Projeto Gráfico | Flávio Peixe**

*As manifestações expressas em artigos assinados não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.*

Foto da Capa: Alexandre Paiva Frade

# *Página do artista*



No quadro que ilustra a capa, São Lourenço, com destaque para o Parque das Águas, em pintura acrílica sobre massa aplicada com espátula, ressaltando relevos. À direita “Chegada ao Santuário de Nhá Chica”, igreja N. Sra da Conceição, Baependi, MG.

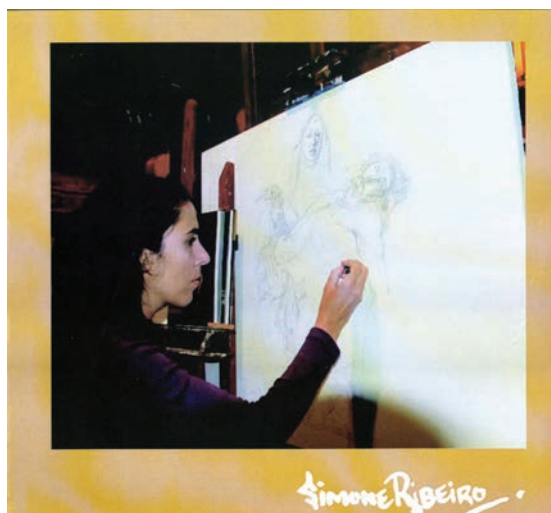
## *Simone Ribeiro*

Desde 1993, a artista Simone Raquel Ribeiro Frade, 40 anos, mantém seu atelier no Parque das Águas de São Lourenço, sua cidade natal. Na obra reproduzida na cada desta edição, ela retrata justamente o local que abriga seu trabalho, no Sul de Minas, utilizando sua marca registrada – pintura acrílica sobre massa aplicada com espátula, ressaltando relevos.

Simone Ribeiro expôs seu trabalho em diversos espaços culturais pelo país. Em 1999, tornou-se pesquisadora da cultura e folclore popular brasileiro, para levar ao Congresso a exposição “Artes e Ofícios de Um Povo aos 500 anos”, em ocasião do aniversário de meio século do Brasil.

Em 2004, passa a se focar na temática, nos circuitos turísticos e no Barroco - fase esta que gerou o livro Barroço. A temática religiosa veio à tona com a série "Aleijadinho Pop", que reproduz os Passos da Paixão da obra de Aleijadinho, em Congonhas, acrescentando as cenas não retratadas pelo "Patrono das Artes no Brasil" sob uma concepção pop, reproduzida em livro homônimo. A artista foi convidada para expor este trabalho na ONU.

É casada e mãe de uma filha.



# Na vanguarda da Cultura Ambiental

*Em entrevista, o promotor Jarbas Soares Júnior destaca avanços na defesa do meio ambiente e classifica possíveis alterações no Código Florestal como retrocesso*

Foto: Arquivo pessoal



Aos 49 anos, o promotor de Justiça Jarbas Soares Júnior é considerado exemplo no Ministério Público. No governo Aécio Neves, foi procurador-geral de Justiça de Minas Gerais por duas vezes. Antes, tornou-se referência na defesa do Meio Ambiente no país. Agora, como presidente da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa), ele destaca avanços na atuação do MP na área, que considera referência na América Latina. Nesta entrevista por escrito, Jarbas ainda comenta sobre penas alternativas a infratores, Termos de Ajustamento de Conduta e a atuação da associação que preside.

“*Procuramos demonstrar para o presidente da Câmara que o Código não é ultrapassado; na realidade, é moderno e pensa o futuro. Qualquer retrocesso ecológico tem que ser rejeitado*”

“ A ideia é  
menos cadeia e  
mais medidas  
alternativas  
como multas,  
proibições  
e penas  
alternativas

***O senhor é presidente da Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa). Qual é o papel da associação?***

A Abrampa foi idealizada na Conferência do Clima, em 1992, no Rio de Janeiro, por membros do Ministério Público (MP) do Brasil inteiro. O objetivo era uniformizar a atuação do MP, divulgar o direito ambiental, defender teses e fortalecer a instituição Ministério Público. Passados quase 20 anos, praticamente todos esses objetivos foram atingidos, uns mais e outros menos. Hoje a Abrampa trabalha para fortalecer essas bandeiras e atualizar os conhecimentos dos operadores do Direito: membros do MP, magistrados, advogados, estudantes e também profissionais de outras áreas que atuam com questões ambientais. Sempre difundimos essa cultura ambiental tanto em congressos quanto em revistas, artigos e livros. Nesse sentido, o MP teve um papel de vanguarda nos últimos 20 anos, e a Abrampa caminhou junto.

***O conhecimento da população sobre o trabalho da Abrampa pode fortalecer a atuação dos promotores de Justiça?***

O público-alvo da Abrampa, num primeiro momento, estava voltado aos membros do MP. Mas, nos últimos dez anos, outros seguimentos da comunidade jurídica e técnica também têm participado dos eventos que promovemos. Não há uma interlocução direta com a população. Contudo temos notado ultimamente uma grande participação de pessoas que imaginávamos fora do nosso público-alvo, mas que depois vimos ter tudo a ver com a nossa entidade. Por exemplo, os movimentos sociais têm tido a oportunidade de participar dos nossos eventos e de ter contato com os membros do MP.

***Como o senhor analisa as propostas que tramitam no Congresso para alterar ou revogar o Código Florestal (Lei 4.771/65) e a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98)?***

Fizemos uma manifestação contra o retrocesso ecológico na Câmara dos Deputados e recentemente conversamos com o presidente dessa Casa Legislativa, deputado Marco Maia. Conversamos também com as entidades que defendem o meio ambiente e com parlamentares do Congresso. Deixamos claro que a Constituição proíbe qualquer retrocesso ecológico. A mudança na legislação, em linhas gerais, pretende alterar institutos de proteção ambiental que vêm sendo efetivados nos últimos anos, sobretudo, por conta da atuação do MP. O Código Florestal é de 1965. E, nos últimos dez e 15 anos, houve uma ação maciça das instituições, e o MP sempre esteve à frente, no trabalho de cobrança da aplicação das leis ambientais. O que ocorre é que, enquanto o Código não era aplicado, tudo estava bem. A reação veio a partir do momento em que o MP e outras instituições intensificaram a cobrança pela aplicação da lei. Procuramos demonstrar para o presidente da Câmara que o Código não é ultrapassado; na realidade, é moderno e pensa o futuro. Qualquer retrocesso ecológico tem que ser rejeitado.



***Como o senhor analisa as críticas que dizem que as penas ambientais são desproporcionais aos crimes praticados?***

Depende do ponto de vista de quem as critica. A ideologia aplicada na legislação de crimes ambientais trabalha para impedir as agressões ao meio ambiente. A ideia é menos cadeia e mais medidas alternativas como multas, proibições e penas alternativas. Além de instrumentos penais e ambientais, há ainda leis de natureza cível e administrativa. Acho a legislação razoável.

***Nos últimos anos, é possível identificar um aumento nas discussões sobre o meio ambiente. Como isso pode contribuir para a sociedade?***

A Abrampa tem um papel importante nessas discussões, pois promove reuniões no Brasil inteiro com promotores e procuradores de Justiça que atuam na área ambiental. Nessas e em outras reuniões demonstramos as repercussões das ações humanas sobre o meio ambiente. Noto uma consciência ambiental muito forte nas pessoas, embora ele prescindia de ações no mesmo sentido. É necessário que ocorra uma modificação de comportamento. A informação pode mudar conceitos distorcidos. Por exemplo, os jovens vêm tendo educação ambiental nas escolas, mas ainda faltam ações ambientais efetivas por parte deles e de seus pais. Todo mundo condena ações que agredem o meio ambiente, mas, muitas vezes, acabam no dia a dia praticando atos contrários à preservação ambiental.

***Como o senhor analisa o Termo de Ajustamento de Conduta como medida extrajudicial de solução de problemas ambientais?***

Ele representa ainda uma grande inovação. É um instrumento importantíssimo para a construção de soluções. É trabalhoso e complexo formulá-lo, mas ele ajuda a encurtar caminhos e encontrar soluções conversadas e negociadas. Além disso, o Termo de Ajustamento de Conduta tira as demandas do Poder Judiciário, permitindo uma rápida, eficiente e consensual resposta em relação às agressões ao meio ambiente. Então é um instrumento de vanguarda, fundamental para a proteção ambiental.

***Em termos de proteção ao meio ambiente, como o senhor examina a atuação do Ministério Público antes da Constituição de 1988?***

Na área penal, envolvendo meio ambiente, o MP atua desde a década de 1960. Em 1981, a Lei Nacional de Política Ambiental previu a responsabilidade civil dos infratores e legitimou a atuação do MP. Mas foi a Lei da Ação Civil Pública, de 1985, que levou o MP a atuar maciçamente para coibir, cobrar reparação e punir as agressões ambientais. Já a Constituição de 1988 consolidou tudo isso.

“ *Todo mundo condena ações que agredem o meio ambiente, mas, muitas vezes, acabam no dia a dia praticando atos contrários à preservação ambiental* ”

“ Consequimos criar uma cultura ambiental em todos os Ministérios Públicos. Isso tem feito do MP brasileiro uma referência na América Latina

Estamos seguindo uma caminhada e, pouco mais de 20 anos depois da consolidação legal da nossa atuação, ingressamos numa fase mais completa. Hoje, o MP tem experiência, estrutura montada e instrumentos eficazes para atuar. Além disso, o Poder Judiciário está mais permeável às nossas ações. No início, havia resistência, mas hoje é o contrário, o Judiciário entendeu a atuação do MP, a importância do seu papel na proteção ambiental, e busca, junto com o MP, ser protagonista desse processo.

***O senhor já foi procurador-geral de Justiça por duas vezes. Em relação à defesa do meio ambiente, quais avanços o senhor conseguiu implementar durante sua gestão à frente do Ministério Público de Minas?***

Essa obra é coletiva e a cada gestão vem sendo aprimorada. Por isso, o MP de Minas é referência nacional em questões de proteção ao meio ambiente. Essa atuação começou no início dos anos 1990, com a criação da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente. Depois foram criadas as Promotorias Regionais que atuam em bacias hidrográficas e o Centro de Apoio Técnico, que respalda a ação das Promotorias do Estado inteiro. Isso fortalece a integração do MP na área ambiental e consolida suas estruturas. Hoje o MP atua com inteligência, profissionalismo, bom senso, boa técnica e resultados.

***Em 2008, a imprensa noticiou o caso de uma idosa de Belo Horizonte que ficou emocionalmente abalada depois de perder seu papagaio por não ter autorização para criá-lo. Como o senhor orienta agentes públicos a agirem em situações similares?***

Acho que em tudo na vida deve prevalecer o bom senso. Mas também é preciso entender que existe uma legislação a ser observada. Tentamos compreender as aflições de todos, mas temos leis que regulam a utilização dos recursos ambientais, inclusive a fauna. O MP sempre defendeu o bom senso e a boa lógica de resultados. E não podemos interpretar os fatos de forma estreita.

***Já há como apontar um legado gerado na área ambiental em razão da atuação do MP e da Abrampa?***

Hoje o MP e a Abrampa têm um papel fundamental na defesa do meio ambiente. Consequimos criar uma cultura ambiental em todos os Ministérios Públicos. Há 20 anos era uma coisa completamente diferente. Essa cultura vem sendo uniformizada. Isso tem feito do MP brasileiro uma referência na América Latina. Estamos anos-luz à frente dos MPs dos principais países. O projeto da regionalização por bacias hidrográficas, implantado pelo MP de Minas, por exemplo, é reconhecido mundialmente. Ganhamos, recentemente, o Prêmio Innovare [de modernização da Justiça]. Outros MPs têm adotado essa estrutura. Estamos avançando cada dia mais. E me parece que se tornou impossível a atuação do Poder Público na defesa do meio ambiente sem a participação do Ministério Público. Além de ser uma ótima companhia, o Ministério Público tem instrumentos únicos de ação, que, em conjunto com as ferramentas de outras instituições, formam um poderoso aparato de proteção aos direitos que são de todos nós. Enfim, vida longa ao Ministério Público ambiental.

# Gastos *com o* FUTURO



Imagens: SXC

***Para deixar de ser eternamente o país do futuro e tornar-se a nação do presente, o Brasil precisa entrar em um novo ciclo de desenvolvimento***

Após a indispensável estabilidade econômica alcançada nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique e a ampliação de importantes programas sociais no governo Lula, o Brasil precisa enfrentar seus problemas estruturais, para que as pretensões de país-potência expressadas nos últimos anos de nossa política externa sejam alcançadas.

Um dos entraves ao avanço definitivo do Brasil é a pequena fatia do Orçamento – e do Produto Interno Bruto (PIB) – destinada à Ciência e Tecnologia. O tema foi praticamente inexistente na última campanha eleitoral, exceto por raras visitas de candidatos à universidades e meios acadêmicos. Houve poucos compromissos com a meta estabelecida na 4ª Conferência da Ciência e Tecnologia, de que o país investisse até o final da década entre 2% e 2,5% do PIB.

Tal realidade ficou bem mais distante quando do anúncio sobre o contingenciamento de R\$ 50 bilhões do Orçamento da União para 2011. A pasta da Ciência e Tecnologia perdeu R\$ 1,7 bilhão no corte, sendo cerca de R\$ 700 milhões em emendas parlamentares. Em investimentos, as perdas no Ministério superam R\$ 600 milhões. Em custeio, são mais de R\$ 350 milhões. Esses números representam cerca de 23% do orçamento do MCT.

O Orçamento que havia sido aprovado para a pasta em 2011 era de R\$ 7,4 bilhões, excluídas as emendas previstas. Agora, a Ciência e Tecnologia terá cerca de R\$ 6,4 bilhões. Poderá contar com R\$ 200 milhões adicionais em emendas parlamentares preservadas pelo governo. Em 2010, o Orçamento da pasta teve dotação financeira de R\$ 7,8 bilhões.

## **Preocupação**

Essa diminuição interrompe o que vinha sendo uma mudança na percepção governamental quanto ao tema. Em 2010, os investimentos na área giraram em torno de 1,4 % do PIB. Até 2006, os investimentos não atingiam 1%. De fato, o Brasil não tem tradição em gastos com pesquisas científicas. Além de escassos, os investimentos também são muito concentrados em alguns setores, como o biocombustível, o agronegócio e o petróleo – vide a descoberta do pré-sal.

Vale ressaltar que uma intensa ampliação de investimentos no setor já é uma realidade em países em desenvolvimento frequentemente comparados ao Brasil, como Índia e China, responsáveis por 73% dos novos investimentos na área no mundo em desenvolvimento.

Esses números escancaram a necessidade de o Brasil diversificar sua rede de investimentos em Ciência e Tecnologia, a fim de dar nova face ao seu desenvolvimento econômico. E dessa necessidade não podem fugir nem o poder público, nem a iniciativa privada.

**Fernando Junqueira**  
Editor da *Memória Cult*



# Acervo Artístico

## Museu Casa dos Contos apresenta obras incorporadas ao seu patrimônio



Em 2004, a então Gerência Regional do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, hoje Superintendência do Ministério da Fazenda em MG, assumiu a administração da Casa dos Contos de Ouro Preto, sede do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Galeria de Arte e Museu Fazendário, iniciando, então, um trabalho incondicional afim de “Preservar a memória econômico-fiscal do Ciclo do Ouro, a arquitetura barroca e promover as artes e a cultura nacional.” Missão da Casa dos Contos, definida àquela época.

Exposições de longa duração foram viabilizadas por meio de parcerias com o Banco Central, Casa da Moeda e Antiquário Toledo, as duas primeiras mostrando a evolução financeira no Brasil e, a última, objetos utilizados na época da escravidão. A Casa dos Contos passou a contar, também, com constantes exposições de curta duração, seja de artistas consagrados, revelações ou coleções, tratando-se de mostras de alto nível artístico e cultural.

Com o passar destes últimos anos, além de importante Museu Fazendário e Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, a Casa dos Contos de Ouro Preto consolida-se como uma das mais importantes galerias de arte de Minas Gerais. Somente em 2009, foram 26 mostras, nas três salas destinadas à exposições de curta duração.

Em 2006, ao perceber o grande potencial da Casa dos Contos, na promoção das artes e da cultura, a então Gerência Regional do Ministério da Fazenda em Minas Gerais começou a criar o Acervo Artístico Casa dos Contos. A partir de então, cada artista expositor deixa, a título de doação, uma obra para ficar exposta na Casa dos Contos de Ouro Preto..

### Raphael Simões

Turismólogo. Administrador da Casa dos Contos e consultor do Museu das Reduções



Carlos Bracher



Ofélia Torres

Na página ao lado Belkiss Diniz,  
vista parcial da sala do acervo e  
Hélio Petrus



Layon

Eunice Trópia



Fernando Pacheco



O Acervo Artístico Casa dos Contos é intransferível e inalienável, e, hoje, é formado por 45 obras dos artistas listados abaixo:

Yara Tupynambá



Abreuvalle; Ana Machado; Andreza Nazareth; Aristóteles; Belkiss Diniz; Carlos Bracher; Clara Piquet; Cláudio Alexandrino; Consuelo Mourão; Cristiano Quintino; Dimas Guedes; Domingos Mazzilli; Duilu Bretas; Elaine Tassini; Elias Layon; Eunice Trópia; Fernando Pacheco; Flávia Taglialegra; Glauco Moraes; Guido Boletti; Hara Cerâmica (Ângela Rabello/ Goia Andrade/ Rache Rabello); Hélio Petrus; Jader Barroso; Jorge dos Anjos; Lamounier Lucas; Lou Sabóia; Luiz Lemos; Mara Martins; Marcelo Albuquerque; Marcília Mourão; Maria Luiza Torres; Mário Mendonça; Mário Zavagli; Miguel Contijo; Mônica Chein; Ofélia Torres; Oficina de Agosto; Peeush Sekhsaria; Regina Medeiros; Sérgio Pereira; Simone Ribeiro; Thelma Quevedo; Vera Grossi; Virgínia de Paula; Yara Tupynambá



Simone Ribeiro



Jorge dos Anjos

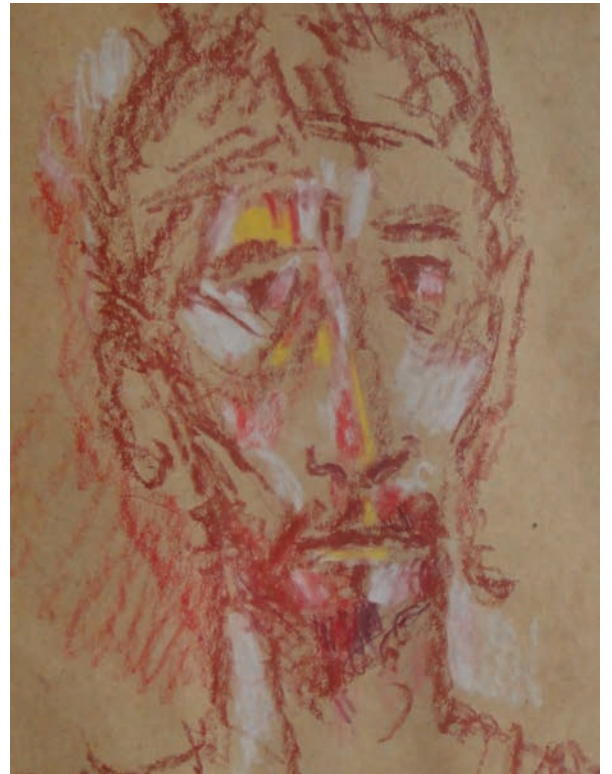
***“Preservar a memória econômico-fiscal do Ciclo do Ouro, a arquitetura barroca e promover as artes e a cultura nacional.”***

Missão da Casa dos Contos

Oficina de Agosto



Mario Mendonça



# São Lourenço

An aerial photograph of São Lourenço, Brazil. In the foreground, a large, white, two-story building with a red-tiled roof and a long veranda is situated on a green lawn. A calm lake reflects the building and the surrounding trees. The middle ground is filled with dense, lush green forest. In the background, a town is built on a hillside, with more hills visible under a clear blue sky.

*Em meio à calma e ao progresso, São Lourenço, no Sul de Minas, destaca-se pela oferta de qualidade de vida, simbolizada por suas águas minerais únicas*



# Fonte de Qualidade de Vida

São Lourenço, a singular estância hidromineral do Sul de Minas Gerais, é uma das mais belas e aprazíveis cidades do Brasil. Com topografia plana em sua maior parte, cercada de montanhas sagradas é o local indicado para o surgimento de uma nova civilização, na filosofia da Eubiose, que lá mantém seu principal Templo. São Lourenço, uma das menores cidades de Minas e do país em dimensões territoriais, com seus quarenta e poucos mil habitantes – quantidade que dobra nas altas temporadas – alia vantagens de metrópoles com o bucolismo interiorano.

Extensa rede bancária e excelente comércio tornaram a estância uma referência em bons serviços. Sua rede hoteleira, a maior do interior mineiro, mantém permanente tradição de qualidade na hospedagem, tendo seus variados hotéis e pousadas atendimentos personalizados, cativando e mantendo seus hóspedes, sobretudo cariocas, que sempre retornam à cidade na busca da qualidade de vida nela existente.



*O turístico Trem das Águas é conduzido por raríssima  
Maria Fumaça a vapor d'água...*

Lojas de artesanatos, de confecções em malhas, que já entraram nos roteiros turísticos da região, diferenciam-se das de outras localidades pela variedade, qualidade e preços convidativos, da mesma forma que compotas, doces e queijos recebem o reconhecimento dos visitantes.

### Trem e Parque das Águas

A volta ao século passado é possível em viagem no turístico Trem das Águas, composição na qual vagões animados por músicos trazem a lembrança de tempos que não voltam mais, como na lenta viagem conduzida por resfolegante Maria Fumaça, uma das únicas no mundo movidas pro vapor d'água ligando São Lourenço a Soledade de Minas, trajeto de pouco mais de 10 km percorrido em cerca de meia hora. A vista da cidade pelo alto é propiciada pelo teleférico e por emocionantes passeios em balões.

As ruas largas, calçadas com paralelepípedos e com traçado urbano bem definido, são percorridas por charretes, carregando, junto dos mais velhos, saudosa melancolia de volta a glorioso passado, da mesma forma que charretinhas puxadas por bodes encantam as crianças e passeios a cavalo fazem a diversão de jovens.

O Parque das Águas, com nove diferentes fontes de águas minerais gasosas, alcalinas, magnesianas, ferruginosas, carbo-gasosas, sulfurosas e de tantas outras misturas de sais e gases para diferentes males, saborosas e reconfortantes. Curativas se regiamente seguido o padrão de tratamento de 21 dias preconizado pelo termalismo, no padrão como há tempos faziam os veranistas, antes ainda chamados aquáticos.

Povo hospitaleiro e em harmonia com os encantos indecifráveis da natureza que faz jorrar em um só lugar tanta variedade de saúde e paz, São Lourenço, com seus pedalinhos caiaques, gaivotas e cisnes com pedais a alcançar a Ilha dos Amores, no coração do Parque das Águas, permite a todos o retorno, como em um carrossel do tempo, à infância e felicidade que só ali se capta na sua plenitude, permitindo-nos, em instantes de lucidez de fantasia, retornar a tempos outros na magia da juventude na plena e inocente felicidade de sonhos. E, na lucidez da realidade, encontramos em São Lourenço, o bem viver e a qualidade de vida.

**Eugênio Ferraz**

Diretor executivo da **Memória Cult**



Acima, vista parcial do lago do Parque das Águas;

No canto superior à esquerda, o Templo da Eubiose; à direita, composição em azulejos indicando a Fonte Oriente com a simbólica expressão “*Prima Inter Pares*”.

Abaixo fachada da estação do Trem das Águas

## Fontes do

# Parque das Águas

**Fonte Vichy (Água Alcalina):** existem duas fontes deste tipo no mundo. A outra está em Vichy, na França. Recomendada para problemas gástricos, renais e de vesícula biliar.

**Fonte Jaime Sotto Mayor (Água Sulfurosa):** laxativa, é indicada para tratamento de colites, diabetes, doenças do colágeno e alergias. Além disso, os gases que são liberados pela fonte são usados no tratamento de sinusite e de problemas respiratórios.

**Fonte Sulfurosa II (Água Sulfurosa):** seus benefícios são os mesmos da Fonte Jaime Sotto Mayor.

**Fonte Oriente (Água Gasosa):** a água desta fonte, naturalmente gasosa, é engarrafada e comercializada. Tem propriedades diuréticas e digestivas, auxiliando na desintoxicação do organismo.

**Fonte Primavera (Água Ferruginosa):** possui benefícios semelhantes ao da Fonte Ferruginosa, mas possui sabor mais intenso. É rica em ferro.

**Fonte Ferruginosa (Água Ferruginosa):** também rica em ferro, é indicada para o tratamento de anorexia, anemia e astenia. O consumo de águas ferruginosas deve ser cauteloso, já que podem causar cólicas.

**Fonte Andrade Figueira (Água Magnesiana):** este tipo de água é específico para o tratamento de distúrbios hepáticos, vesícula biliar e certas alterações no intestino grosso. Não deve ser consumida em casos de úlcera péptica.

**Fonte Alcalina (Água Alcalina Gasosa, Bicarbonatada Mista):** aconselhada para pessoas que têm úlcera gastroduodenais. Recomendada, ainda, para uricemias, já que ajuda na eliminação de ácido úrico e cálculos renais.

**Fonte José Carlos de Andrade (Água Carbogásosa):** por contar lítio em sua composição, a água carbogásosa auxilia no tratamento de depressão e estresse, além de crises alérgicas e de colítes.



Nesta foto, alameda de acesso à Fonte Oriente. Em detalhe, de cima para baixo, outra vista de alameda, pedalinho com a Fonte Vichy ao fundo e jardins ladeando a Fonte Ferruginosa.

Registros históricos sobre a

# Coluna Saldanha Marinho

O PRIMEIRO MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS INCONFIDENTES

*A tentativa abortada de uma revolução, que tinha por fim consagrar a nossa independência, merece do Brasil de hoje aquela veneração que as raças livres devem aos seus Espártacos. O insucesso fê-los criminosos; a vitória tê-los-ia feito Washingtons. Condenou-os a justiça legal; reabilita-os a justiça histórica.*

*(Correspondência de Machado de Assis a Castro Alves. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1868).*



Fotos: Arquivo Público Mineiro

# Coluna Saldanha Marinho

O movimento libertário ocorrido em Minas Gerais no findar do século XVIII, que posteriormente ficou conhecido como Inconfidência Mineira, constituiu-se em uma das mais expressivas e marcantes demonstrações de amor à independência já presenciadas no território nacional.

Conquanto tenham sido condenados em 1792 pelas autoridades portuguesas como praticantes do infamante crime de “lesa majestade”, muito tempo não tardou até que aqueles “rebeldes” que ousaram em falar em liberdade, por tardia que fosse, viessem a ser reconhecidos como verdadeiros heróis da pátria brasileira.

Em pleno Segundo Império, no ano de 1866, sob o governo de Pedro II, bisneto de D. Maria I, Rainha que havia condenado o grupo dos inconfidentes, eis que surge em Ouro Preto uma iniciativa inusitada.

Em 10 de novembro de 1866, na casa do Dr. Eugênio Celso Nogueira, alguns cidadãos resolveram abrir uma subscrição popular para angariar recursos para a construção de “um monumento à memória dos primeiros mártires da liberdade e independência do povo brasileiro, os heróis da inconfidência de 1789”. Para tal finalidade foi formada uma comissão integrada pelo Comendador José Batista de Figueiredo (Presidente), Eugênio Celso Nogueira, Carlos José Álvares Antunes, Capitão Raimundo Nonato da Silva Ataíde, Tenente Coronel Francisco Teixeira do Amaral (Tesoureiro) e Antônio de Assis Martins (Secretário).

Em 14 de fevereiro de 1867 foi contratada por Francisco de Paula Machado o projeto do singelo monumento, que foi elaborado pelo engenheiro-chefe da Província, Henrique Gerber. Na mesma ocasião a comissão deliberou que o monumento deveria ser erguido no exato local onde havia ficado exposta a cabeça de Tiradentes (de frente ao Palácio dos Governadores e não no centro da hoje chamada Praça Tiradentes).

Para arrecadar recursos em benefício da construção foi encenada naquele ano de 1867, no Teatro de Ouro Preto, uma peça intitulada “A Inconfidência”, certamente uma das primeiras produções teatrais sobre o movimento rebelde das Minas.





Em 03 de abril de 1867, na então chamada Praça da Independência (hoje Praça Tiradentes), em concorrida cerimônia, foi lançada a pedra fundamental do monumento em homenagem aos inconfidentes mineiros. No pedestal de pedra já existente foi depositado um cofre contendo em seu interior, dentre outros documentos e objetos, poesias dos inconfidentes Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel e Tomás Antônio Gonzaga.

Sobre o cofre foi assentada a base da coluna, cumprindo tal mister o Presidente da Província de Minas Gerais e maçom de relevo, Joaquim Saldanha Marinho, que para tanto se valeu de uma colher de pedreiro, uma trolha e um malhete (instrumentos de alta significação maçônica).

Em uma das faces do monumento colocou-se uma placa de metal em que se lia: “À memória dos inconfidentes de 1789 levanta este singelo monumento a gratidão nacional para perpetuar no coração das gerações vindouras os nomes e sacrifícios de” (seguem os nomes dos inconfidentes, exceto dos religiosos, cuja sentença ainda não era conhecida à época).

Na face oposta do monumento constava uma placa com os seguintes dizeres: “Seos nomes infamados pelo despotismo, rehabilita-os a Liberdade; sagra-os eternos a veneração e respeito dos homens livres de todas as nações”.

A Lei Estadual nº 03, de 1891, autorizou o Presidente do Estado a despender até a quantia de 200:000\$000 (duzentos contos de réis) com a construção, na praça da Independência, em Ouro Preto, de um monumento que comemorasse a data de 21 de abril de 1892, 1.º centenário da morte de Tiradentes. A obra foi contratada ao escultor italiano Virgilio Cestari, que ficou em segundo lugar no concurso para tanto promovido. A inauguração se deu no dia 21 de abril de 1894. Até o dia 17 daquele ano a Coluna Saldanha Marinho permaneceu ereta, ao lado do monumento em conclusão, ocasião em que foi desmontada e transferida para o almoxarifado da estação ferroviária da cidade.



**“ Para arrecadar recursos em benefício da construção foi encenada naquele ano de 1867, no Teatro de Ouro Preto, uma peça intitulada “A Inconfidência”, certamente uma das primeiras produções teatrais sobre o movimento rebelde das Minas**

Registre-se, mais uma vez, que o novo monumento não foi implantado no exato local onde havia sido exposta a cabeça de Tiradentes, mas sim “a poucos passos do lugar mesmo em que a tyrania mandara por à consupção do tempo sua cabeça gloriosa, que havia aninhado os sonhos de liberdade para sua pátria”.

Em 23 de fevereiro de 1893, quando já iniciadas as obras do novo (e atual) monumento a Tiradentes, o construtor Júlio Porta dirigiu-se ao Dr. Diogo Pereira de Vasconcelos, então Presidente da Câmara Municipal, manifestando sua preocupação com o destino da antiga Coluna Saldanha Marinho, disponibilizando-se a efetuar os trabalhos de desmonte e realocação do monumento pela importância de quatro contos de réis. Entretanto, a comissão da Câmara Municipal designada para analisar o assunto, presidida por Randolpho Bretas, manifestou-se pelo indeferimento da proposta em razão de dificuldades financeiras.

O desmonte da velha coluna causou comoção em Ouro Preto e no Estado de Minas de 21 de abril de 1894, sob o pseudônimo de Cifrão, um articulista deixou registrado seu veemente brado de indignação:







# Coluna Paldanha Paldanha Marinho

*Só tu, pobre coluna abandonada, tu só não testemunharás a suprema glorificação artística do mártir !*

*A tua época findou: a idade da pedra sucede agora a idade do bronze.*

*Envergonhava-se de ti esta geração vaidosa: só ela se privilegia com o mérito de gratidão, só ela tem o direito de celebrar os ritos da liberdade, só ela se reveste com as insígnias do sacerdócio augusto. E tu eras símbolo do mesmo culto, homenagem à mesma glória.*

*Não tinhas a majestade do monumento excelso, que encara de frente as nossas montanhas e pode dialogar com elas das tradições do poço, que assistiram nascerem; não tinhas os contornos da eterna beleza, impressão dominadora do selo divino da arte; não poderias nunca refletir, como a superfície polida do metal, a luz radiosa do nosso céu.*

*Mas, feito com a pedra de nossas serranias, construído pelo óbolo do nosso povo, ereto sem riqueza e sem =fausto, tu tinhas, monumento mesquinho, tu tinhas a grandeza da religião que simbolizavas.*

*Não eras essa epopéia de bronze, que cantará através dos séculos, o nome do precursor; mas eras como a canção popular, despreziosa e singela, na qual se perpetuam também as glórias do herói, que as gerações vão contando umas às outras, junto aos fogos do lar.*

*Tu representavas a continuidade do espírito liberal em nossa terra; tu exprimias a perpetuidade da tradição revolucionária, ininterrupta e viva; tu afirmavas a persistência da vocação democrática na alma mineira.*

*Sacrilégio demolirem-te; vandalismo te despedaçarem !*

*Afeiarias talvez, com o teu nobre vulto mesquinho as adjacências da formosa estátua que hoje ali se ergue, majestosa e solitária. Mas abater-se por isso fora dar razão aos que julgassem dever ser eliminado aquele cujas rugas desgraciosas trouxessem a nota da ancianidade melancólica ao concerto festivo da mocidade.*

*Inútil te havias tornado, desde que de outro modo se perpetua a comemoração a que foras voltada. Não servem porém os monumentos, os mais pobres e singelos, só para os heróis a que se consagram; também revivem a época que os erigiu, relembram o estado de espírito público que os inspirou, são marcos históricos que assinalam a peregrinação das idéias e testemunham a impressão exercida nos povos pelo pensamento que imortalizou ao herói.*

...

*Não o permitiu a alavanca demolidora, e só tu, pobre coluna abandonada, não testemunharás a glorificação do mártir.*

*Eu a vi, lançada ao chão, decapitada, a pedra da base barbaramente quebrada, dividido o pedestal em blocos esparsos*

*E daquele cadáver de monumento vinha me a impressão angustiosa da imagem de um morto, selvagemmente mutilado.*

**“ Seos nomes infamados pelo despotismo, rehabilita-os a Liberdade; sagra-os eternos a veneração e respeito dos homens livres de todas as nações**

Texto que constava na face oposta do monumento

**“ Rijo e primaz  
marco material  
da devoção do  
povo mineiro  
aos ideais  
daqueles  
que foram  
sumariamente  
condenados pela  
justiça legal,  
mas reabilitados  
a tempo pela  
justiça da  
História.**

Fotos: arquivo do autor



Até o ano de 1937 os restos da Coluna Saldanha Marinho ficaram depositados no almoxarifado da estação ferroviária da Estrada de Ferro Central do Brasil, data em que o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto, Vicente Andrade Racciopi, conseguiu levá-la para a Casa de Gonzaga, onde permaneceu até 1947, quando a peça foi doada para a cidade de Belo Horizonte para ser instalada na Praça 21 de abril, hoje Praça Tiradentes, entre as Avenidas Afonso Pena e Brasil, na Região Centro-Sul.

Entretanto, a coluna, que foi transportada para a capital mineira pelo Ministério da Guerra e com a autorização do Presidente Getúlio Vargas, ficou abandonada em um “almoxarifado, à Av. dos Andradas, nº 1345, entre latas, canos e ferro velho”.

Em 1980, durante as administrações do prefeito Alberto Caram, de Ouro Preto, e Maurício Campos, de Belo Horizonte, a peça foi encontrada, acompanhada do processo administrativo, num armazém da Prefeitura na Avenida dos Andradas, no centro da Capital.

Com a descoberta, a Secretaria Municipal de Turismo entrou em contato com a Prefeitura de Ouro Preto, a qual identificou o monumento, solicitou a devolução e providenciou o retorno, via caminhão. O local escolhido, na época, foi a Praça Amadeu Barbosa (Praça da Barra), que acabara de ser reformada – a data de inauguração foi 21 de abril de 1980.

Registre-se que apenas o fuste da coluna havia sido encontrado, sendo o capitel e a base então confeccionados pelo mestre de ofícios José Domingos com cimento, areia e pó de quartzito.

No segundo semestre de 2008 a coluna foi deslocada para local de maior destaque, passando a ocupar merecido espaço na rotatória da Praça da Estação.

Sobre tais fatos, vale destacar o testemunho que nos foi prestado pelo atual Prefeito Municipal de Ouro Preto, o caro confrade Ângelo Oswaldo de Araújo Santos:

*“Em 1980, sendo eu secretário municipal de Turismo e Cultura do prefeito Alberto Caram, em Ouro Preto, recebi um telefonema de George Norman Kutowa, secretário de Turismo do prefeito Maurício Campos. Disse-me ter encontrado uma coluna num galpão da Prefeitura de Belo Horizonte, situado na avenida dos Andradas, próximo à estação da Central do Brasil (hoje Museu de Artes e Ofícios), e uma pasta de documentos burocráticos dando conta de que a mesma procedia de Ouro Preto e ali estava desde 1942.*

*Pude então reconstituir a história da transferência da Coluna para Belo Horizonte e resgata-la. A Prefeitura de Ouro Preto mandou um caminhão para trazê-la e a PBH colaborou com um guindaste para a sua acomodação no veículo.*

# Coluna Saldanha Marinho

*Como havia apenas o fuste da Coluna, sem o capitel e os elementos da base de sustentação, decidi refazer essas partes com a ajuda do mestre de obras José Domingos, hoje falecido, que se baseou em fotografia do século XIX.*

*A inauguração ficou marcada pelo prefeito Alberto Caram para o dia 21 de abril de 1981, quando o general João Batista Figueiredo, Presidente da República, visitaria Ouro Preto, convidado pelo governador Francelino Pereira para as solenidades de praxe.*

*A mudança para a praça Cesário Alvim (praça da Estação) se justifica pelo fato de ali a Coluna ter sido finalmente instalada sobre uma base hexagonal, de acordo com o projeto original do engenheiro Henrique Gerber, e num espaço amplo e adequado. A base, em escadas, é similar à que existiu na praça Tiradentes até 1894.*

*Na praça Amadeu Barbosa, o monumento não dispunha desse imprescindível suporte e se encontrava sufocado por uma grande árvore, a espatódia que cresceu ao seu lado.*

*A praça da Estação ganhou em qualidade estética graças a essa transferência. Foi removido para a Rodovia do Contorno Rodrigo Melo Franco de Andrade, na altura do acesso à nova Santa Casa de Misericórdia, o marco do tricentenário da fundação de Ouro Preto, instalado na praça Cesário Alvim em 1998 sob protestos que se prolongaram até essa substituição.”*

Eis os registros que conseguimos coligir sobre a “Coluna Saldanha Marinho”, rijo e primaz marco material da devoção do povo mineiro aos ideais daqueles que foram sumariamente condenados pela justiça legal, mas reabilitados a tempo pela justiça da História.

## **FONTES:**

*Arquivo Público Municipal de Ouro Preto*

*Arquivo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto*

*Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto*

*Arquivo Público Mineiro*

*Diário de Minas. Ouro Preto. Edição 206, de 03/04/1867. Edição 207, de 04/04/1867.*

*JOSÉ, Oíliam. Tiradentes. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.*

*O Estado de Minas. Ouro Preto. Edição 387, de 21/04/1894.*

*VEIGA, José Pedro Xavier da. Ephemerides Mineiras. Ouro Preto, Imprensa Oficial: 1897.*

**Marcos Paulo de Souza Miranda**

Promotor-chefe da Promotoria de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico de MG; membro do IHG.MG



*A educação ambiental propõe-se a atingir o maior número possível de cidadãos por meio da reflexão sobre as problemáticas ambientais da atualidade e constitui-se como um articulador na relação homem e natureza. Para isso, faz-se necessário um processo pedagógico participativo, permanente e em constante aperfeiçoamento*



# Educar para CONSERVAR

Passado o Ano Internacional da Biodiversidade, celebrado em 2010, por meio da construção e experimentação do lúdico, da interatividade e da reflexão coletiva, espera-se a criação de uma rede onde cada indivíduo saiba e exerça seu papel na conservação da nossa Biodiversidade.

O educador ambiental torna-se assim um mediador entre as compreensões da experiência de cada indivíduo e suas relações com o ambiente no qual está inserido.

Formar educadores ambientais é, cada vez mais, torná-los multiplicadores e agentes participativos em sua comunidade, escola e família.

A participação de jovens em ações e programas de educação ambiental deve fazer com que eles desenvolvam habilidades, mas, acima de tudo, desejem a melhoria da qualidade de vida e busquem alternativas para a solução dos problemas ambientais.

O processo de aprendizagem, baseado na relação homem e natureza, faz da educação ambiental

uma possibilidade de construção social com novas posturas éticas e sensibilidades.

O educador deve estimular nos envolvidos reflexões sobre suas ações na sociedade, motivando-os a perceberem que, por meio do contato com a natureza, é possível rever seus comportamentos, atitudes, valores, além da possibilidade de propor novas práticas.

Neste sentido, o papel do educador é de suma importância para a construção de uma visão crítica, possibilitando a formação de uma sociedade ambientalmente sustentável e sensível para a conservação.

Os Jardins Botânicos são instrumentos fundamentais para a conservação de nossa biodiversidade. Cabe aos educadores ambientais utilizarem os acervos, disseminando a importância das plantas para a sobrevivência humana e, com a utilização de estratégias pedagógicas, a constante avaliação e aprimoramento de suas ações, instigar a reflexão sobre as formas que cada indivíduo pode contribuir para a nossa evolução.

## **Gustavo Ferraz**

Turismólogo, especialista e coordenador de Educação Ambiental – Jardim Botânico Inhotim

# Lisboa era aqui...

## As Casas de Fundição e da Moeda de Vila Rica



Entre 1724 e 1735, as Casas de Fundição e Moeda de Vila Rica cunharam mais moeda do que as Casas da Moeda de Lisboa e do Rio de Janeiro juntas: enquanto a Casa da Moeda de Vila Rica cunhou uma média mensal de 215:303\$847 réis nos 33 meses decorridos entre agosto de 1724 e maio de 1727, as Casas da Moeda de Lisboa e do Rio de Janeiro, nos 48 meses de janeiro de 1724 a dezembro de 1727, cunharam uma média mensal de, respectivamente, 91:500\$000 e 81:986\$000 réis<sup>1</sup>.

Com relação ao rendimento do ponto de vista da tesouraria das Casas, o que importava era a diferença entre o que efetivamente havia sido pago aos particulares (6.642:053\$997, rubricas E e F da tabela 1) e o valor total de moeda cunhada. Era esta diferença que representava de fato seu rendimento, isto é, 462:972\$963 réis. Esta cifra se decompunha nas seguintes rubricas:

a) direitos de senhoriagem e braçagem da moeda, avaliados pelo superintendente em 444:042\$589 1/6; estes direitos correspondiam a 6,68% do valor do peso da moeda total cunhada;

b) febres da moeda cunhada, isto é, a “um grão menos do peso de cada um de três oitavas”. “Febre” é o nome dado às moedas com quantidade de metal precioso abaixo do estabelecido em lei. Trata-se de rendimento porque ao invés de ouro, às moedas eram adicionados porções de outros metais. Apesar de insignificantes em cada moeda em particular, no conjunto faziam a diferença. No caso destas moedas, o valor dos febres montaram a 16:149\$891 2/3 réis.

“ *A comparação entre a amoedação em Vila Rica e a das duas outras casas para as quais dispomos de dados seriados - Rio de Janeiro e Lisboa - revela fatos importantes*

c) acréscimo do ouro que se ligou e fundiu (isto é, os 110 – 3 – 1 – 34, equivalentes a 10:598\$208,3 réis), menos as “falhas ou quebras que o ouro teve em se reduzir à moeda (isto é, 82 – 6 – 5 – 03, equivalentes a 7:951\$562,5), o que resultava no saldo positivo de 2:646\$645 5/6 réis);

d) “ouro que o fiel entregou de mais do que recebeu, pertencente a outras partidas” (133\$479 1/6 réis).

Refaçamos os cálculos do superintendente. Ao valor total de moeda cunhada (7.105:026\$960 réis) debitou-se o valor dos febres (16:149\$891 2/3 réis), resultando no total de 7.088:877\$068 1/3 réis. Dividido este total pelo peso da moeda cunhada (69.217 – 0 – 1 – 47, ou 318.952.055 grãos), tem-se como resultado o valor de 22,22 réis por grãos, ou seja o marco equivalente a 102\$400 réis, exatamente seu valor legal. Subtraindo-se de 7.088:877\$068 1/3 réis, o valor do ouro contido na massa destinada à cunhagem, isto é, 6.644:834\$479 1/6 réis, chegamos a 444:042\$589 1/3 réis, exatamente o valor dos direitos de senhoriagem e braçagem.

Por fim, a este rendimento havia de se debitar ainda

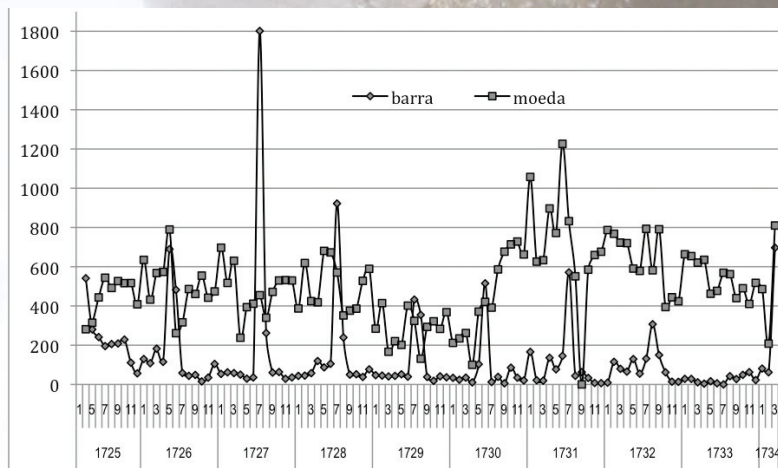
e) “os as fortes da dita moeda, que é um grão mais do peso em cada um de três oitavas”. Ao todo, os fortes pesaram uma onça, seis oitavas e 28 grãos e 3/5, ou 1.036,6 oitavas de quilate, avaliados em 21\$595 5/6 réis.

Desse modo, o resultado da equação [a + b + c + d – e] correspondia ao total de 462:972\$963 réis registrados acima.

Resta verificar o rendimento das Casas de Moeda e Fundição de Vila Rica no período. No mesmo período o tesoureiro geral registrou gastos totais no valor de 491:311\$118 5/6 réis (há pequena diferença: a soma correta é 491:311\$119 1/3). Ora teria havido, então, um déficit, de 28:338\$154 2/3. Contudo, não se pode esquecer o fato de que no início da conta prestada pelo superintendente, foi registrada a remessa de pouco mais de 8.349 marcos de ouro em pó (ou 534.339 oitavas) ao Conselho Ultramarino (cf. item D da tabela 1). Avaliado a 1\$500 réis, este montante renderia algo em torno de 801:504\$000 réis! O déficit se convertia, assim, no eloquente superávit. Anualizado, o rendimento das Casas de Moeda e Fundição de Vila Rica equivalia a cerca de 281:151\$000 réis.

O movimento em Vila Rica mostra uma nítida diferença entre os ritmos da fundição do ouro convertido em barras e da amoedação (gráfico 1). Enquanto a variação de volume da amoedação é diretamente determinada pelo ritmo da produção aurífera (maior amoedação coincidindo com o período da seca, quando se intensificavam os trabalhos de extração), a fundição do ouro em barras obedece integralmente ao ritmo das frotas (os picos de fundição no mês de junho, anterior à partida da frota do Rio de Janeiro, entre agosto e outubro<sup>2</sup>).

Gráfico 1



Casas de Moeda e Fundição de Vila Rica: variação mensal da amoedação e da fundição do ouro em barra, em marcos de ouro, 1725-1734

Fonte: "Mapa do ouro que tem entrado nas Casas de Fundição e Moeda de Vila Rica das Minas". in: CÓDICE COSTA MATOSO. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, pp. 400-402. Foi desconsiderado o período de agosto de 1724 a janeiro de 1725, em que só foram cunhadas moedas, bem como o posterior a abril de 1734, em que só se fundiram barras.

Ora, que lugar ocupavam as Casas da Moeda e Fundição de Vila Rica no conjunto das suas congêneres? A comparação entre a amoedação em Vila Rica e a das duas outras casas para as quais dispomos de dados seriados -Rio de Janeiro e Lisboa - revela fatos importantes (gráfico 2).



**Gráfico 2**  
Amoedação nas casas da moeda de Vila Rica, Lisboa e Rio de Janeiro, em marcos de ouro, 1724-1735



## Em Minas era grande a produção de moedas

Numa rápida observação, as cifras mostram de maneira inequívoca que a amoedação em Minas a partir de 1724 absorveu parte considerável da produção de moedas nestas outras casas. De modo mais rápido no Rio de Janeiro, com queda acentuada na amoedação de 1724 para 1725, e em Lisboa, de 1725 para 1726. A diferença na cronologia se explica facilmente pelo regime das frotas. Exatamente com o fim da amoedação em Vila Rica retoma-se o movimento ascendente tanto no Rio quanto na Corte. A queda na amoedação em Minas em 1729 talvez se explique simplesmente por uma baixa na produção, mas a hipótese dos descaminhos também não pode ser descartada<sup>3</sup>. A tendência de baixa acentuada a partir de 1732 exige, contudo, estudo mais detido.

Retornemos a algumas questões que merecem ser recordadas. Na relação de mineradores em 1814 apresentada por Eschwege, apenas cinco proprietários respondiam por 20% da produção de ouro da capitania, enquanto que os dez maiores extraíam 51,34% do total. Os demais proprietários, no total de 568, extraíam uma média de 97 oitavas cada um. Já entre os 5.747 faiscadores, dos quais dois terços eram livres, e um terço eram escravos, a produção média girava em torno de 20 oitavas para cada um por ano, a quinta parte do que um pequeno proprietário de lavra extraía anualmente<sup>4</sup>.



Certo, pode-se objetar que o quadro é tardio. Contudo, mais de um século antes o quadro não era diferente. No Serro, em 1706 - o de maior "safra" entre 1702 e 1712 - do total apresentado para quintar equivalente a 3.926 oitavas, sete pessoas foram responsáveis por 73,68% do total. Em 1701, em Sabará, onze pessoas responderam por 70,2% do ouro quintado. E no Rio das Mortes, entre 1710 e 1712, quatorze pessoas foram responsáveis por 47,3% da produção<sup>5</sup>.



## **Se a produção de ouro foi extremamente concentrada, como então explicar a monetização da economia?**

Pode-se, sem dúvida, invocar o próprio Eschwege, que fazia notar um aspecto muito interessante: a tabela de 1814 não corresponderia exatamente à realidade. É que aos pequenos mineradores não valia a pena apresentar o ouro extraído todas as semanas nas casas de fundição que lhes ficavam mais distantes, e o mesmo ocorria com os proprietários de lavras. A partir de 1809, por força da lei, se tivessem necessidade urgente de dinheiro, eram também levados a permutar, senão todo o seu ouro, ao menos uma parte dele, como faziam os fiscoadores. Isto fazia com que, na tabela de 1814, se computasse este ouro permutado à produção dos fiscoadores, quando, na realidade, deveria ser acrescentada à produção dos pequenos mineradores e proprietários de lavras. Em resumo, a concentração em 1814 era ainda mais acentuada, o que agrava ainda mais a contradição apontada acima.

“ *A queda na amoedação em Minas em 1729 talvez se explique simplesmente por uma baixa na produção, mas a hipótese dos descaminhos também não pode ser descartada*

No entanto, os livros da carga do quinto revelam uma outra realidade. Entre 12 de julho de 1753 e 29 de março de 1755, e de 26 de agosto de 1766 e 12 de agosto de 1767, apresentaram-se na Casa de Fundição do Serro, respectivamente, cerca de 1100 proprietários de quantidades de ouro bem mais equilibradas do que o quadro de extrema concentração visto anteriormente. Obviamente, havia tanto proprietários de porções ínfimas (por exemplo, 93,236 g), quanto de quantidades consideráveis, como Félix Antunes, viandante, que num único dia, 25 de novembro de 1766, levou a quintar 589,897 g; ou Antônio Teixeira de Leão, que só no dia 28 de fevereiro de 1754 levou à casa de fundição cerca de 5,5 kg. No entanto, no conjunto, não se verificava a acentuada concentração da propriedade do ouro.

Na Fundição de Vila Rica o quadro de concentração é mais claro, mas deve-se ressaltar que esta Intendência tem uma situação bastante peculiar. Do total do ouro que nela entrou para ser fundido entre 10 de abril e 9 de outubro de 1804, 63,45% correspondia à fundição do ouro pertencente à Junta da Real Fazenda de Minas Gerais:

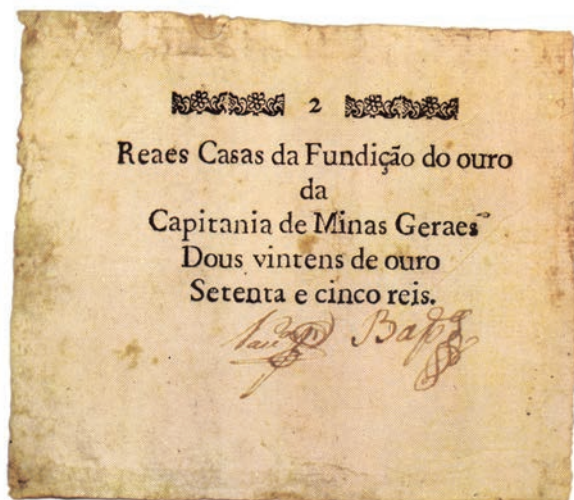




só a assistência anual à Real Extração Diamantina respondeu por 46,12% do movimento no período; as demais rubricas correspondiam à permuta do ouro nos registros, aos pagamentos do imposto do papel selado e da bula da Santa Cruzada. Das restantes 31.685,13 oitavas dos particulares, 2.630,8 e 1.006,34 pertenciam, respectivamente, a João Rodrigues de Macedo e a Domingos de Abreu Vieira. Sem dúvida, também estes montantes deveriam ser adjudicados à Real Fazenda, com a qual ambos tinham dívidas em aberto. Os três maiores proprietários — capitão Fernando José Pinheiro, com 2.049,22 oitavas, capitão José Monteiro Peixoto, com 1.497,2 oitavas, e Francisco de Paula Pereira Duarte, com 1.145,19 oitavas, respondiam por 14,78% do total. O resto distribuiu-se por pouco mais de 2.500 proprietários, dos quais quinhentos apresentam entre 100 e 50 oitavas, e a imensa maioria, 1573, levaram menos de 179 g para serem fundidas<sup>6</sup>.

### Muito nas mãos de poucos

Portanto, apesar de algo distantes daqueles níveis de concentração verificados tanto em 1814 quanto um século antes, os registros da Casa de Fundição de Vila Rica testemunham com eloquência o fato de que, apesar de a maior parte do ouro ser possuída por poucas mãos (mesmo que não sejam incluídos em nossos cálculos os montantes dos ex-contratadores, a própria presença deles é reveladora dessa concentração), observa-se ali também um quadro de pulverização da posse do ouro em pó. As diferenças desse resultado com relação ao encontrado no Serro são fáceis de ser explicadas. A Fundição de Vila Rica foi sempre a que concentrou a maior parte de todo o ouro extraído em Minas, em virtude tanto da melhor qualidade quanto da quantidade do ouro encontrado aí nas chamadas “minas gerais”. Afinal, não foi por causa disto que a capitania recebeu seu nome?



Pois bem: o que até agora não se considerou foi o ouro em pó não levado à fundição imediatamente depois de extraído. Não há como negar que todo o ouro em pó que não se ache hoje nas igrejas e museus de Minas tenha saído da capitania. Ele sempre esteve predestinado a percorrer este caminho. Contudo, antes de sair, ou ser levado às fundições para poder sair metamorfoseado em duas barras – uma, do proprietário, e outra, do rei muito ouro em pó circulou de mão em mão. Não se deve esquecer que, até o limite de 500 oitavas, o ouro em pó poderia permanecer nas mãos do seu dono sem ter de ser levado à fundição. Esta quantidade equivalia a 600\$000 réis, o que não era, de maneira alguma, pequena.

A circulação mercantil constituída pela produção de ouro não se circunscreveu ao território da capitania. A mineração fecundou os circuitos mercantis no interior do Brasil, e trouxe para a sua órbita de influência gêneros produzidos em áreas muito longínquas, como sal de Pilão Arcado, na Bahia, ou cavalos e mulas, do sul do Brasil. Foi exatamente esta irrigação de moeda pelo interior do Brasil que possibilitou a constituição de extensos espaços econômicos.

Além de uma circulação monetária inédita na colônia, em Minas ocorreria ainda uma duplicidade de unidades monetárias: o dinheiro de cobre e prata, encarnações da unidade monetária em réis, bem como a unidade dominante, a oitava de ouro em pó. Os milhões de registros contábeis produzidos na capitania sempre expressaram esta ambivalência. O volume documental disponível na Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto já seria suficiente para provar este domínio da oitava de ouro como moeda, mas o próprio governador da Capitania incumbiu-se de informar ao Reino “o embarço à forma dos pagamentos nas terras minerais” que a circulação de moedas de 640 réis e suas divisionárias (patacas, de 320 réis, meias patacas, de 160 réis, e quartos de pataca, de 80 réis) provocavam, “pois ainda segundo o governador valendo ... livre de quinto uma oitava de ouro 1\$200 réis, se houvesse moeda de seis tostões [isto é, de 600 réis], ficava diretamente correndo por meia oitava de ouro, e assim o mais dinheiro”.

Duas posições foram a este respeito apresentadas pelos conselheiros: para o Procurador da Fazenda, não seria conveniente “haver uma moeda provincial em todo o Brasil, e outra, particular das Minas. Contrariamente, o Conselheiro Francisco Pereira da Silva argumentava que, como as minas fossem “um país aonde toda a prática do comércio é diferente da que há nas mais partes do Brasil”, seria conveniente a introdução das moedas de seis tostões e suas divisionárias, já que na região das minas os pagamentos eram regulados em oitavas de ouro. Estas últimas palavras são deveras contundentes.

No Conselho Ultramarino chegaram representações dos oficiais das Câmaras Municipais do Serro, São João



**“ A Fundição de Vila Rica foi sempre a que concentrou a maior parte de todo o ouro extraído em Minas, em virtude tanto da melhor qualidade quanto da quantidade do ouro encontrado aí nas chamadas “minas gerais”. Afinal, não foi por causa disto que a capitania recebeu seu nome? ”**



Del Rei e Mariana, em diferentes épocas, reclamando da falta de moeda provincial. Mas apesar de escritas em diferentes ocasiões, o teor de todas as representações é o mesmo. Nas palavras dos camaristas de Mariana, “do giro do ouro em pó se seguem gravíssimos prejuízos”, especialmente “uma grande e precisa quebra nos muitos pesos” do ouro, ou seja, uma falsificação do ouro, “imperceptível à simplicidade e boa fé do povo”. Nos sertões sujeitos à jurisdição da Vila do Príncipe, estas quebras eram muito sensíveis. Foi justamente para obviar estas adulterações que os camaristas requeriam “o benefício da moeda provincial de prata e cobre”. O problema, portanto, não era de falta de moeda, mas de falsificação ou corrupção - até certo ponto, previsível - de uma das unidades monetárias da Capitania.

### Angelo Alves Carrara

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

1 - SOUSA, Rita Martins de. Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 268; para os dados da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, cf. SOETBEER, Adolf. Edelmetall-Produktion und Werthverhältniss zwischen Gold und Silber seit der Entdeckung Amerikas bis zur Gegenwart. Gotha: J. Perthes, 1879, pp. 86-87. Para uma versão ampliada, cf. CARRARA, Angelo Alves. Amoeção e oferta monetária em Minas Gerais: as Casas de Fundação e Moeda de Vila Rica. *Varia História* (UFMG), vol. 26, p. 217-238, 2010.

2 - PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo: Nacional, 1979. pp. 133-134.

3 - A este respeito, já Diogo de Vasconcelos, o velho, havia alertado: VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Minas e quintos do ouro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, pp. 857-973, 1901, pp. 875, § 7 e 880, §§15-16.

4 - ESCHWEGE, Wilhelm L. von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922 [1833], pp. 426-466.

5 - Fontes: 1) para o Serro: “Livro Primeiro da Fazenda Real destas Minas do Serro Frio e Tocambira”, 18 de setembro de 1702 a 29 de julho de 1709, in: RAPM, vol. 7, pp. 939-62; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO [APM], CC 14, fls. 13-4 e CC 5, “Livro da Receita da Fazenda Real na Superintendência das Minas do Serro Frio”, 21 de abril de 1711 a 9 de fevereiro de 1712; para Sabará: BNRJ/DM, I-10, 8, 2, fls. 66-85; dados fragmentados até 1o.08.1703; para o Rio das Mortes: BNRJ/DM, I-10, 8, 4 (fragmentado) e APM, CC 4, Quintos do Rio das Mortes, 1710-7.

6 - CARRARA, Angelo Alves. Fontes quantitativas para a história de Minas Gerais no Setecentos. Juiz de Fora: Clío Edições Eletrônicas, 2008



Procurando leilão de arte?



[iarremate.com.br](http://iarremate.com.br)

Leilões públicos oficiais



# Paisagem Cultural

a valorização das marcas e ações que o ser humano imprimiu na Terra através dos tempos

*Meio ambiente é algo tão amplo e tão abrangente que dentro dele cabe tudo. Até a busca pela felicidade. Não há como ser feliz, num ambiente degradado, triste e caótico. Há tempos, o Ministério da Cultura negou apoio a um projeto ambiental, cujo proponente foi buscar suporte de incentivo da Lei Rouanet. Houve recurso, mas em vão. Negado de novo! O projeto não foi aprovado sob a alegação de que meio ambiente não é cultura e sim educação. Há controvérsias! Que me perdoem os burocratas, mas meio ambiente e cultura são conceitos indissociáveis.*



“Tal qual uma  
poesia, um  
quadro, um  
livro ou uma  
composição  
musical,  
paisagem  
cultural também  
é forma de  
expressão



Serra do Cipó Foto: Flávio Peixe



Jardim Botânico de Curitiba Foto: SXC



O fato é que de nada vale investir em Cultura e desconsiderar o Meio Ambiente. E vice-versa. É muito atual este debate, sobretudo depois que, em 2009, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan publicou, no Diário Oficial da União, a Portaria 127, que oficializa como cancelar uma Paisagem Cultural no Brasil.

E o que significa Paisagem Cultural? Justamente a porção peculiar do território, representativa do processo de interação do Homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Na valorização de uma paisagem cultural, se valoriza também as marcas e ações que o ser humano imprimiu na Terra através dos tempos. Tal qual uma poesia, um quadro ou uma composição musical, paisagem cultural também é uma forma de expressão.

A Lei da Ação Civil Pública do Ministério Público considera e protege a paisagem cultural como bem difuso, equiparando-a ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Justamente por isso, no conhecimento e na defesa deste fantástico patrimônio deve haver uma postura de ética e solidariedade. A verdade é que ao conceito ambiental de diversidade biológica corresponde o conceito de pluralidade cultural. A ética e a solidariedade estão, justamente, na convivência e no compartilhamento de oportunidades entre o ser humano e todos os outros seres vivos.

Todos os recursos da natureza estão à disposição do ser humano, mas há uma postura - no mínimo racional - de somente se apropriar daqueles que sejam indiscutivelmente indispensáveis à sobrevivência. E mais:





## *O que é Paisagem Cultural?*

*Se a Terra fosse toda plana como uma bola de bilhar, nosso planeta seria recoberto inteiramente por um oceano de cerca de três mil metros de profundidade. A biodiversidade precisa destas irregularidades e reentrâncias do relevo.*

*A História, o passado, o presente e o futuro de um país passam pela paisagem cultural. Justamente por isso, o Brasil passou a se preocupar com a preservação de suas paisagens. E o que significa Paisagem Cultural? Justamente a porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.*

*A Terra tem um diâmetro de 12.735 quilômetros. Tem muito mais água do que terra. O ponto mais alto é o Everest, com 8.850 metros de altura, no Himalaia. O mais profundo é a Fossa das Marianas com 11.000 metros de fundura, no Pacífico.*

*Imagina a superfície da Terra plana como uma bola de bilhar. Para começar, o planeta seria recoberto inteiramente por um oceano de cerca de três mil metros de profundidade. São justamente tantas irregularidades no relevo com oceanos, ilhas, montanhas, vales, depressões, planaltos e planícies que possibilitaram este sistema ecológico fascinante com sua fantástica biodiversidade.*

*À medida que o homem ocupou tantos espaços e desenvolveu atividades nas mais variadas regiões, cada área passou a identificar paisagens especiais. Peculiaríssimas! A Paisagem Cultural Brasileira são estes lugares especiais pela beleza exótica ou onde os seres humanos deixaram suas marcas. Mais do que uma natureza livre, a paisagem cultural pode ser uma área mística, um vale cultivado, um ambiente preparado para reverências ou mesmo alguma coisa que o ser humano fez para anunciar suas conquistas e marcar sua passagem. (SG)*



“Que me  
perdoem os  
burocratas,  
mas meio  
ambiente e  
cultura  
são conceitos  
indissociáveis



Biribiri (distrito de Diamantina) Foto: Eugênio Ferraz

o ser humano depende não apenas desses recursos, mas também do conhecimento que a humanidade acumulou sobre seus usos. Daí a importância de se lutar pela preservação conjunta dos recursos naturais, pela proteção da memória e de todas as manifestações que formam o patrimônio cultural de um povo.

São as paisagens, os saberes e folclores, criados e recriados através do tempo, que formam heranças e acervos de valor inatingível. É por força da ética e da solidariedade que a crise ambiental planetária está extremamente ligada à crise cultural.

### **A portaria**

A portaria do Iphan detalha todos os passos do procedimento específico para declarar um bem como paisagem cultural brasileira. A chancela tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção já existentes. Segundo Carlos Fernando de Moura Delphim, técnico do Iphan, “o objetivo da declaração de paisagem cultural é conferir um selo de reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular”.

### **Como fazer a chancela**

Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a chancela de paisagem cultural brasileira. O requerimento para a chancela, acompanhado da documentação pertinente, deve ser dirigido às superintendências regionais do Iphan, em cuja circunscrição o bem se situa, ao presidente do Iphan ou ao Ministro da Cultura. A chancela implica o estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada. O pacto firmado é para definir normas de uso e gestão da paisagem, tendo em vista sua defesa e cuidando para que sua qualidade seja sempre melhorada. Não é como um tombamento. Quem não cumprir os compromissos assumidos em um pacto comum perderá a chancela de valor e qualidade como paisagem cultural brasileira, quando declarada por órgãos federais, estaduais ou municipais.



## Processo e análise jurídica

Verificada a pertinência do requerimento para chancela da paisagem cultural brasileira, o Iphan abre um processo administrativo. Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido para análise jurídica e expedição de edital de notificação da chancela, com publicação no Diário Oficial da União e abertura do prazo para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados. As manifestações serão analisadas e as contestações julgadas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan, que remeterá o processo administrativo para deliberação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Aprovada a chancela pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a súmula da decisão será publicada no Diário Oficial da União, sendo o processo administrativo remetido pelo presidente do Iphan para homologação final do Ministro da Cultura.

## Meio ambiente, cultura e felicidade

Mas voltemos à questão inicial: a cultura e o meio ambiente também podem gerar felicidade. Aqui vale lembrar a Prêmio Nobel, Pearl Buck, que bem resumiu tudo isso. Muita gente, diz a escritora, perde a oportunidade de ser feliz porque fica aguardando a grande felicidade e desperdiça as pequenas alegrias. Preservar o patrimônio cultural é preservar o meio ambiente. Mais: é dar oportunidades materiais a um povo e devolver-lhe a auto-estima para fazê-lo feliz.

**Silvestre Gorgulho**

Jornalista. Criador da "Folha do Meio Ambiente".  
Foi Secretário de Comunicação e Secretário de Cultura do Distrito Federal

*Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a chancela de paisagem cultural brasileira*

# Exemplos de Paisagem Cultural

Com a ajuda de Carlos Fernando de Moura Delphim, do Iphan, fizemos uma relação para identificar melhor algumas paisagens culturais no Brasil de valores variados.

**Histórico:** o sítio do Descobrimento, na Bahia. As margens plácidas do Ipiranga. O sítio da casa de José de Alencar, em Fortaleza.

**Artístico:** seria qualquer paisagem retratada desde a chegada dos viajantes europeus no século XIX, como os jardins de Glaziou e de Burlle Marx.

**Geológico:** os penhascos da cidade do Rio de Janeiro. O Vale do Cariri, no Ceará. A Ilha do Bananal, em Goiás. O deserto do Jalapão, em Tocantins.

**Científico:** dentre os muitos sítios de valor geológico e paleontológico, a Pedra do Letreiro, em Souza, Paraíba. Trata-se de, um sítio de icnofósseis, com pegadas petrificadas de um dinossauro, o primeiro documento científico do Brasil.

**Geomorfológico:** podem ser as impressionantes formações rochosas com efeitos pareidólicos (1) que são os inselbergs (2) de Quixadá, no Ceará ou a Pedra do Lagarto e o Frade e a Freira, no Espírito Santo. A Pedra da Boca, na Paraíba.

**Espeleológico:** são as cavernas tombadas pelo Iphan como as grutas Azul, de N. S. Aparecida, em Bonito (MS). Terra Ronca (GO). E várias em Minas, como Maquiné, Lapinha. Vale lembrar que a responsabilidade pelo patrimônio espeleológico nacional é atribuição legal conferida exclusivamente ao Ministério do Meio Ambiente (Ibama e ICMBio), salvo quando protegidas pelo tombamento.

**Hidrológico:** O Circuito das Águas, no Sul de Minas (São Lourenço, Lambari, Caxambu, Cambuquira, Pouso Alto e Passa Quatro), onde brotam as águas minerais mais diversas e de propriedades medicinais e terapêuticas, considerado o mais importante do mundo. As Águas Emendadas no Distrito Federal. O encontro de águas de diferentes cores em rios na Amazônia (Solimões/rio Negro e rio Amazonas/rio Tapajós).

(1) - Pareidolia descreve um fenômeno psicológico que envolve um vago e aleatório estímulo, em geral uma imagem ou som, sendo percebido como algo distinto e significativo. Exemplos comuns incluem imagens de animais ou faces em nuvens, em janelas de vidro e em mensagens ocultas em músicas executadas do contrário. A palavra vem do grego para - junto de, ao lado de - e eidolon - imagem, figura, forma. A pareidolia é um tipo de ilusão ou percepção equivocada, em que um estímulo vago ou obscuro é percebido como algo claro e distinto. Por exemplo, quando alguém vê o rosto de Jesus nas descolorações de uma rosquinha queimada.

(2) - Inselbergs o termo vem do alemão, "monte ilha", é um relevo que se destaca em seu entorno já aplainado, caracterizando-se por ser um relevo residual. São monólitos. No Brasil, é comum Inselbergs graníticos ou granitóides, tendo então uma forma esfeirodal e de alta inclinação, cerca de 40°. É o caso do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. Esses relevos são considerados "testemunhos", pois são os relevos que resistem ao processo de pediplanação e pedogênese.

Parati- RJ. Foto: SXC



“Preservar o patrimônio cultural é preservar o meio ambiente. Mais: é dar oportunidades materiais a um povo e devolver-lhe a auto-estima para fazê-lo feliz.”

# Todo o Brasil



em um único lugar...




**MUSEU  
DAS  
REDUÇÕES**  
Ouro Preto / MG



**PRÊMIO NACIONAL**  
**GUIA QUATRO RODAS**

**REFERÊNCIA EM**  
**EDUCAÇÃO**  
**PATRIMONIAL**

Rua São Gonçalo, 131 - Amarantina - Ouro Preto - MG  
CEP 35400-000 / Telefax: (31) 3553-5182  
Site: [www.museudasreducoes.com.br](http://www.museudasreducoes.com.br)  
E-mail: [museudasreducoes@gmail.com](mailto:museudasreducoes@gmail.com)

**PATROCÍNIO CULTURAL**  
**MICROCITY**



**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E  
INTEGRAÇÃO CULTURAL**

**Apoio a esta publicação**

